

Ilustre Senhor (a) Doutor (a) Presidente do CRM-XX

Eu, XXXXXXXX, perito (a) médico (a) do INSS, código XXXXXXXXX, SIAPE XXXXXXX, CRM – XX, lotado na APS do município de XXXXXXXX da GEX XXXX venho por meio deste expressar o misto de sentimentos de consternação, receio, apreensão, indignação, angústia e impotência que têm me deixado aturdido nos últimos dias em virtude dos fatos e situações a que fui exposto somente por procurar incansavelmente cumprir com seriedade as atribuições e funções inerentes ao exercício de meu cargo público.

O meu receio e a minha angústia jamais perpassariam na possibilidade do que poderia vir a ocorrer comigo em relação ao fato de ser servidor público. Não temo investigação, auditoria, sindicâncias ou nenhum outro procedimento administrativo. Tenho certeza de que a minha conduta como médica e servidor público sempre se pautou dentro dos mais rigorosos limites da ética, da disciplina, do respeito e urbanidade com todos, além da competência técnica e isenção no ofício de periciar. Antes, toda esta minha angústia está depositada nos possíveis desdobramentos e no efeito psicológico que a audiência pública pode ter produzido na mente dos segurados, podendo funcionar como um verdadeiro caldo para alimentar a intolerância e as agressões, além de ferir incisivamente a minha reputação.

O cenário que se criou exorta a cólera e “legítima” a expressão da ignorância popular de forma coletiva, pois os senhores vereadores ao invés de esclarecerem e se aprofundarem no conhecimento do tema (algo que realmente não lhes deve convir haja vista a sobrecarga social e assistencial que pesa sobre a Previdência, notadamente nestes rincões do XXXX onde não há ofertas de emprego, indústrias ou comércio desenvolvidos) contribuem mais ainda para espalhar o desentendimento, a discórdia e a balbúrdia, usando o povo como massa de manobra de seus mesquinhos interesses em angariar dividendos políticos tripudiando sobre quem de fato trabalha e o faz com honestidade e seriedade. Por que o trabalhador rural não se mobiliza para exigir o maior de todos os seus direitos, que é o direito de trabalhar com dignidade, de ter agricultura mecanizada, de ter capacitação e subsídio técnico para otimizar a produtividade da terra ? Por incrível que pareça eu ouvi dizer (porque não estava presente) que o presidente da Câmara elogiou-me nesta audiência dizendo que eu era um bom profissional. É muito cinismo. Parece-me ter havido articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nesta encenação teatral e tétrica que fizeram para destruir gratuitamente a minha reputação. Os relatos que ouvi de meu gerente de APS que estava presente à reunião eram absurdos, patéticos e petulantes quando descreviam o jeito que eu prestava atendimento no ato pericial. Segundo seus relatos teve um segurado que disse que certa vez ao terminar de auscultá-lo eu teria jogado o estetoscópio no chão e teria dito que ele não tinha direito a nada. E por aí seguem outros tantos absurdos.

Os problemas que vivencio aqui são enormes. Eu acabo sendo muito visado e onerado por ser o único perito local. Toda a responsabilidade cai em minhas costas. Já vinha solicitando há tempos através de email e telefone para a chefia de XXXXX e o substituto do Gerente Executivo que não me deixassem sozinho, que de vez em quando viesse um perito de XXXXXXX para realizar pelo menos os de Paz. Isto até chegou a

ocorrer no início (sou efetivado do XXXX concurso), mas há mais de seis meses estou só. O INSS não está oferecendo ao segurado o direito a todas as opções de recurso que lhe seriam cabíveis, como PR e junta médica. Há meses eu já vislumbrava o problema e pedira ao meu gerente que sugerisse alguma forma de ofertar ao segurado estas opções de recurso, seja trazendo um perito de XXXXXX, seja levando-os através do PREVmóvel para a capital. Esta tese foi refutada pelo substituto do Gerente Executivo com a escusa de que nós não podíamos jamais ficar dando estas “idéias” para o segurado, que devíamos fazer o nosso trabalho e resolver tudo por aqui mesmo. Com isto ele sugeriu que se acabassem os PR e que o segurado cujo parecer da perícia fosse contrário aguardasse um mês para dar entrada novamente em outro requerimento para eu mesmo fazer. Acredito que enquanto não se puder lotar outro perito efetivamente em minha APS a vinda regular, ainda que bi ou trimestral de algum perito, já irá contribuir e muito para “diluir” minha carga, meu ônus e minha responsabilidade em decidir o direito do segurado à percepção do benefício. Pode não resolver, mas com certeza irá atenuar muito o problema na medida em que eu não estarei mais sendo tachado de O RUIIM, dando uma aparência institucional ao parecer, que sei que segue muito próximo de uma padronização de condutas, apesar da incipiência sistêmica que ainda há neste quesito.

Não posso ser o bode expiatório de todas as deficiências e da ignorância de todos, principalmente daqueles que usam a ignorância de outrem para achincalhar sobre quem trabalha rigorosamente dentro dos princípios legais. Não é à toa que isto acontece. Há pouco tempo denunciei à P.F dois prontuários médicos e atestados com indícios de adulteração e falsificação grosseiras. Há cerca de um mês um segurado procurou-me e intimidou-me mostrando-me um abaixo-assinado que o mesmo havia feito contra mim onde constavam cem (100) assinaturas de membros que moravam em sua comunidade. Em linhas gerais o texto dizia que todos aqueles membros de sua comunidade eram capazes de provar que aquele segurado era portador de tais e tais patologias que constavam de tais e tais atestados fornecidos por este e aquele médico assistente. Terminei de ler e disse para o segurado: primeiramente meu caro, isto aqui não vai mudar e nem influenciar em nada no meu parecer, que é todo fundamentado na lei e embasado em critérios técnicos e administrativos do INSS. OBS: o mesmo já havia se submetido a umas cinco perícias comigo, todas indeferidas. Por final, eu disse-lhe que eu também iria assinar aquele abaixo-assinado. Peguei minha caneta e carimbo, escrevi o número de ordem 101 e assinei. Depois, expliquei-lhe o porquê de eu haver assinado. Disse-lhe que eu também concordava com o fato de o mesmo ser portador de todas aquelas doenças que tanto a sua comunidade (que petulância) quanto os colegas assistentes reconheciam. Porém, que não bastava ser portador de alguma doença para fazer jus a um benefício. Então, ele já emendou com uma voz desafiadora cheia de ignorância: “Ah não!!!??? Então quem é que tem direito ??” Respondi-lhe com calma de que a minha função era avaliar se aquelas doenças de que era portador causavam-lhe incapacidade laborativa, caso este em que faria jus ao BI.

Desta vez o único que está sofrendo maus tratos sou eu mesmo. Como dizia Rui Barbosa - eu tenho vergonha do meu país por ser honesto e cumprir a lei. E afirmo que nada vai fazer eu mudar a minha conduta porque tenho consciência de que não estou fazendo nada errado ou indevido. Pelo contrário, está praticando crime quem usa de artifícios e expedientes para me constranger e para me coagir a ter um tipo de postura não condizente com a preceituada pelos ditames da ética no serviço público. A Câmara dos Vereadores neste sentido só contribuiu para prestar um desserviço à população ao

tentar desconstruir e macular a minha imagem. A desconstrução de minha atitude e de minha imagem honestas é a desconstrução da atitude e da imagem honesta do Brasil. Acredito que as reclamações devem ser individualizadas e formalizadas. Não tenho a quem ou a que temer. Pelo contrário, eu gostaria que todas aquelas pessoas que estiveram presentes na reunião tivessem seus nomes revelados e que a auditoria e a procuradoria do INSS fizessem uma releitura nos meus laudos para ver se há alguma justificativa plausível para individualmente alguém reclamar de alguma coisa. A qualidade de minhas perícias fala por si só. Como não conseguirão nada individualmente, então se imiscuem no coletivo para fazer algazarra e auê. São covardes e não mostram a cara para mim. Eu quero ver e estou sequioso para ver alguém fazer alguma denúncia formal contra mim, para abrirem todas as minhas perícias e para lerem tudo o que escrevi. Há coisas absurdas até de alguns colegas assistentes sem ética que deixo registrado em meus pareceres. Se quiserem abrir a caixa de marimbondo vai ser pior para os segurados, porque muitos benefícios foram concedidos de forma totalmente sem critério. Só a título de exemplo, das mais de trinta revisões de R2 que eu fiz aproximadamente umas cinco possuíam CID de hipertensão arterial primária sem complicação. O problema é que os segurados estavam mal acostumados com o excesso de permissividade e facilidade com que tinham seus benefícios concedidos.

Hoje acordei de madrugada e atônito. Fiquei fitando o teto do quarto pensando no que iria fazer e no que iria escrever. Preocupam-me apenas os desdobramentos do efeito psíquico que tal evento pode ter provocado na mente popular. Vossa senhoria sabe do que estou falando e sabe que isto não tem preço.

Acredito que seja imprescindível a intensificação de campanhas publicitárias de cunho educativo a fim de desmistificar a idéia popular sobre a real função da Previdência popular e sobre o real papel da perícia médica, que via de regra é confundida (e muitos fazem questão de promover esta confusão) com assistencialismo.

Estou certo de que urge o reforço na instalação e implementação dos itens de segurança da APS, incluindo vigilante armado. Ademais, as condições físicas do espaço de atendimento da APS onde eu atendo não são satisfatórias para se prestar um atendimento de qualidade e com o conforto que tanto eu quanto o segurado precisamos. O ar condicionado é velho e não refrigera o ambiente. O ambiente, por sua vez, não raramente (principalmente em épocas de chuva) fica todo tomado por um odor horrível de esgoto que passa ao lado da sala de perícias. Não havia sequer estetoscópio ou esfigmomanômetro, mas eu decidi comprá-los por conta própria. E o principal é a ausência de uma maca onde se possa examinar o segurado em decúbito e realizar testes importantes e decisivos como o Sinal de Lasègue. Além disto, a vinda regular e certa de outro colega perito contribuirá decisivamente para retirar de mim o peso e o ônus de ser o único a conceder ou a indeferir os benefícios, diminuindo o risco de agressões e de ferimentos indelévels em minha reputação, como o ocorrido na semana passada na Câmara dos Vereadores. Se for cabível eu gostaria também de requerer um desagravo público.

Com votos de estima e apreço. Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX